



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E CONSUMO CONSCIENTE DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NA CHINA: Transformações nas formas de vida da população local e na produção agrícola global

Autores:

Marcela Larissa Apolinário Mian - ESALQ/USP - marcelaapolinario.mian@gmail.com

Resumo:

Esse trabalho tem como objetivo apresentar os ganhos políticos e econômicos envolvidos nas medidas e políticas de produção sustentável e do consumo consciente de alimentos na China. Nossa hipótese é que tais políticas, implantadas recentemente, se distanciam do fato de ser apenas um benevolente sinal de preocupação ambiental, envolvendo também questões econômicas (como a redução de gastos e recursos), a preocupação do governo chinês em manter uma boa imagem pública, além da vontade de se inserir em novas frentes financeiras que tem associação direta com os investimentos globais focados na sustentabilidade. Esses fatores, em conjunto, causarão impactos nas formas de vida da população local e na produção agrícola global. São de suma importância para a pesquisa as particularidades de sua estrutura social e fundiária. Assim, consideraremos que se trata de um país cujas políticas públicas voltadas para o urbano e o rural foram historicamente discrepantes. Ademais, antes de analisar a sociedade e o meio ambiente a partir de uma relação de causa e consequência, consideraremos que tais setores sofreram impactos mútuos durante o processo.

PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E CONSUMO CONSCIENTE DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NA CHINA

Transformações nas formas de vida da população local e na produção agrícola global

INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é apresentar os ganhos ambientais, políticos e econômicos envolvidos nas medidas e políticas de produção sustentável e consumo consciente de alimentos na China. Nossa hipótese é que tais políticas, implantadas recentemente, se distanciam do fato de ser apenas um benevolente sinal de preocupação ambiental, envolvendo também questões econômicas (como a redução de gastos e recursos), a preocupação do governo chinês em manter uma boa imagem pública, além da vontade de se inserir em novas frentes financeiras que tem associação direta com os investimentos globais focados na sustentabilidade. Esses fatores, em conjunto, causarão impactos nas formas tradicionais de viver da população local e também na produção agrícola global.

Ao abordar a questão do consumo na China devemos ter em mente a dimensão de seu mercado consumidor, dado que, em 2017, o país possuía 1,386 bilhão de habitantes (WORLD BANK, s/d), quase um quinto da população mundial. Esse cenário faz com que a China se torne um importante recorte para as recentes discussões ambientais que abordam a produção e o consumo de alimentos em função das novas perspectivas de sustentabilidade ambiental. Ademais, a alimentação é o item mais consumido por todos os segmentos da sociedade, como mostra o Gráfico 1.

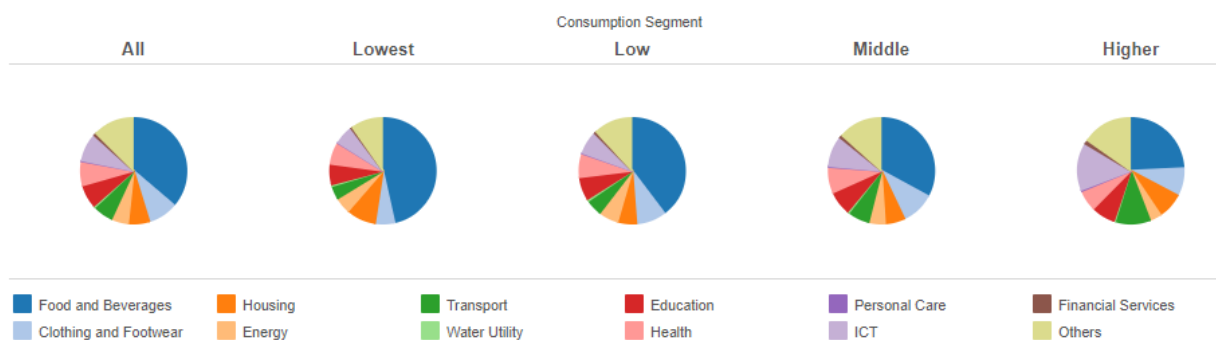


Gráfico 1: Setores de consumo por segmento social. O consumo de comidas e bebidas corresponde à maior porção do gráfico em todos os segmentos sociais. Fonte: World Bank (2010).

A produção agrícola chinesa sofreu enormes e rápidas modificações desde a abertura comercial de Deng Xiaoping, em 1976, que promoveu a intensa industrialização do país. O esforço já havia sido iniciado durante o governo de Mao, na década de 60, mas foi com a implantação das zonas de abertura econômica, onde era possível realizar transações com nações capitalistas, que o processo deslanchou. A partir desse momento, a ampliação do PIB foi crescente e logo a cidade passou a atrair muitos moradores rurais que desejam encontrar melhores oportunidades, saindo de sua situação campesina miserável. Assim, se no governo Mao haviam 500 milhões de agricultores e apenas 60 milhões de chineses urbanos, ao longo de três décadas de abertura econômica 240 milhões de chineses fizeram a transição em direção à zona urbana que hoje corresponde à mais de 50% da população (EFE, 2011) como mostra o Gráfico 2.

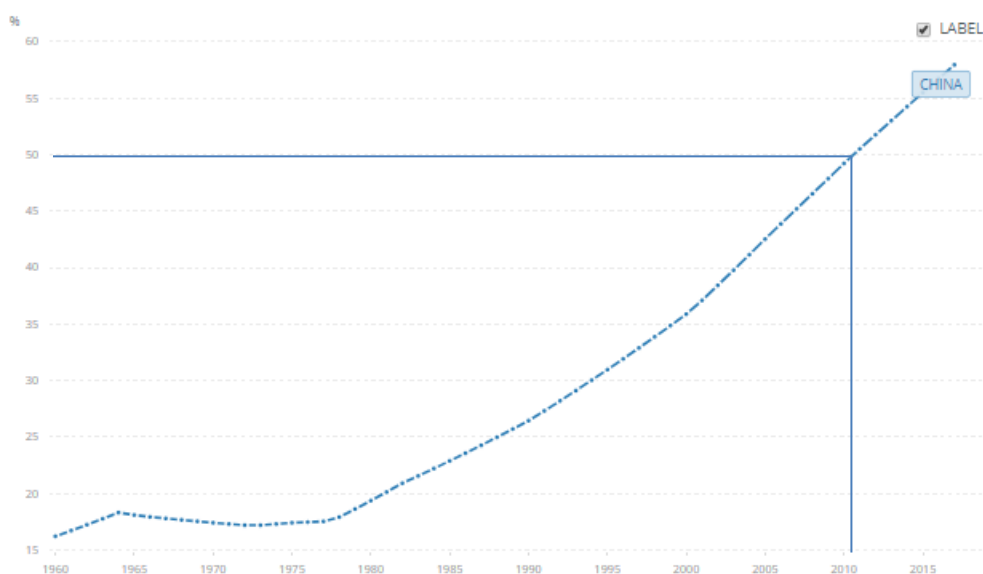


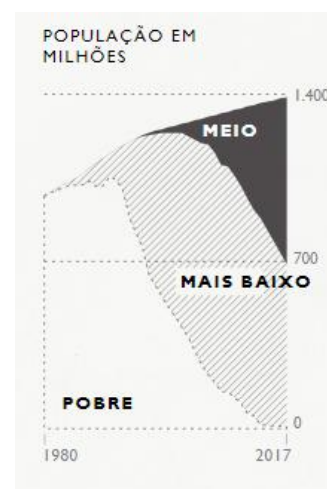
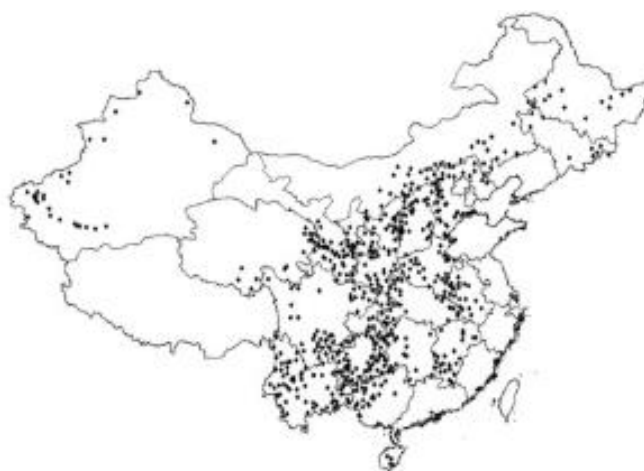
Gráfico 2: Evolução da população urbana chinesa (em porcentagem de 1960 a 2016). Em 2011 (indicado no gráfico) a população urbana ultrapassou a população rural. Fonte: World Bank Group (s/d).

Hsu (2016) explica que tal transição demográfica não foi uma mera decisão individual dos agricultores, mas sim resultado das intenções tanto do governo como do Banco Mundial— que passou a estabelecer certa comunicação com o governo chinês depois da abertura comercial— em transformar os habitantes rurais, mais pobres, em trabalhadores urbanos mais capitalizados, que pudessem consumir mais serviços no futuro.

O governo estava ciente que o processo deveria ter certa limitação e queria minimizar os problemas criados pelo exorbitante inchaço das cidades, além de garantir a continuidade da produção agrícola. Dessa forma, ao planejar como se daria o processo, as autoridades governamentais implantaram uma polêmica medida: negaram aos migrantes um importante documento (vinculado ao lugar de origem do trabalhador) que garante, entre outras coisas, acesso a serviços públicos (incluindo educação e saúde) e à aquisição de imóveis: o *hukou*. Em 2014, já na nova fase econômica de modernização industrial e agrícola, o governo iniciou a liberação do documento para aqueles que imigram para cidades menores, poupando as metrópoles (superlotadas) e influenciando a evolução gradual do processo. Contudo, muitos permaneceram como cidadãos de segunda classe, pois as capitais mantiveram diretrizes para

que o *hukou* fosse garantido apenas para um perfil social restrito, o qual inclui apenas aqueles que têm educação superior ou outras distinções (HSU, 2016).

A prática de negar o registro urbano para 40% da população urbana de perfil econômico menos favorecido mostra que as políticas públicas chinesas para suas zonas territoriais são enormemente discrepantes. Tal governo fornece aos cidadãos urbanos (considerando aqueles que possuem documentação) vários serviços, aos quais os residentes rurais e muitos migrantes não têm acesso. Esse fato influencia na disparidade de bem-estar entre as famílias e intensifica as condições miseráveis da população rural, cuja concentração conforma bolsões de pobreza, indicados no mapa 1 (QIN & CHONG, 2016).



Mapa 1: Concentração de programas governamentais de erradicação de pobreza implantados entre 2000 e 2010. As maiores concentrações se encontram nas regiões oeste e central, que permanecem rurais. Fonte: Qin & Chong (2016).

Gráfico 3: Crescimento da renda entre 1980 e 2017. Fonte: McMillan (2018, apud Brookings Institution, s/d).

* “meio” refere-se às pessoas que representam renda de \$ 11 a 110 por dia, “mais baixo” àqueles ganhando de \$ 2 a \$ 11 por dia, e “pobre” seriam os que ganham menos de \$ 2 a dia, medidos em 2011 dólares dos EUA, ajustados para a paridade de poder da compra.

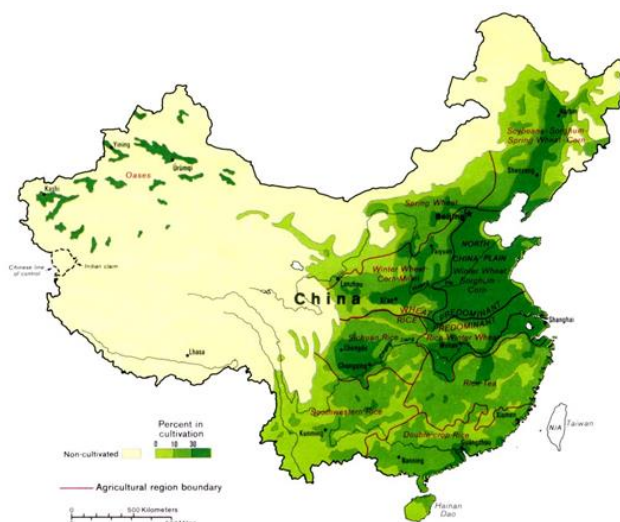
O projeto do governo e do Banco Mundial em transformar milhões de chineses em consumidores se concretizou. Apesar das 500 milhões de pessoas (cerca de 40 por cento da população do país) viver com menos de US\$5,50 por dia, como reconhece o próprio Banco Mundial, a China é hoje líder mundial no número de proprietários de residências, usuários de internet, graduados em faculdades e bilionários (PAN, 2018).

A elevação da renda da população (indicada no gráfico 3, acima) finalmente criou a possibilidade da China deixar de ser uma economia tão dependente de exportação, uma vez que ampliou o setor de serviços. Facilitar ainda mais esse processo tem sido a grande aposta do governo, principalmente depois que a economia chinesa viveu a maior desaceleração em duas décadas (NINIO, 2013a). Apesar da prosperidade de certa parcela da população, a China ainda precisa lidar com o problema dos milhões de pessoas que vivem na zona rural, em péssimas condições.

Assim se conforma o cenário demográfico atual da China, que dará base ao nosso objetivo de dar relevância ao desafio de alimentar a maior população mundial levando em conta as particularidades de sua estrutura social e fundiária. A partir dessa perspectiva nossa abordagem irá considerar que se trata de um país cujas políticas públicas voltadas para o urbano e o rural foram historicamente discrepantes. Vale ressaltar ainda que, antes de analisar a sociedade e o meio ambiente a partir de uma relação de causa e consequência, consideraremos que tais setores sofreram impactos mútuos durante o processo.

A DISPONIBILIDADE DE TERRAS ARÁVEIS

O primeiro desafio do sistema de produção agrícola chinês diz respeito à demanda de sua população, composta por quase um quinto da população mundial que cresceu com certa limitação dada pela política do filho único, que se encerrou em 2015. Soma-se a isso a grande porção desértica e o relevo acidentado, fatores físicos que limitam a produção agrícola a certas regiões, como mostra o mapa 2.



Mapa 2: A concentração de terras agricultáveis à leste do território chinês. Fonte: The University of Texas Austin (1986).

Depois da abertura comercial o desafio ganhou maior intensidade devido ao avanço da zona urbana sobre a zona rural, principalmente nos anos 1990, quando as propriedades urbanas deixaram de ser do Estado (ainda que esse mantivesse a propriedade da terra), estimulando um vibrante mercado imobiliário (NINIO, 2013b) que reduziu ainda mais a área disponível para produção de recursos vegetais e para a reprodução animais. Segundo relatório das Nações Unidas para alimentação (FAO), a China perdeu 6,2% de suas terras agrícolas entre 1997 e 2008 para a urbanização, processo que deverá se manter, já que, segundo a mídia de investimentos Bloomberg (2017a), os governos locais dependem das vendas de terras para financiar seus crescimentos. Dessa forma, a tendência prevista é que as cidades continuem a engolir os campos para os transformar em empreendimentos imobiliários mais lucrativos.

Soma-se a esse cenário, ainda, o problema da contaminação dos rios e do solo por indústrias poluidoras. Aqui podemos citar, por exemplo, desde o escândalo do Cádimo— quando, em 2013, 44% de toda a produção da província de Guangdong foi contaminada com Cádimo, um resíduo industrial cancerígeno (KONG, 2015)—, até as “aldeias do câncer”, cuja

denominação, reconhecida pelo governo, se refere ao fato de que, em certas localidades, inúmeros habitantes desenvolveram a doença em função da poluição da água e do solo, que transferiam suas propriedades aos alimentos produzidos ali, os quais eram consumidos em larga escala (TAN, 2013). Infelizmente, o problema não se limita a esses dois casos: segundo pesquisa do governo chinês, um quinto da terra arável do país está contaminada (KONG, 2015).

IMPACTOS E EXTERNALIDADES DA PRODUÇÃO

Para contornar o problema da disponibilidade de terras aráveis, a China investiu em ciência, tecnologia e inovação afim de aumentar a produtividade e já colheu bons resultados quanto ao ganho de eficiência: “a produção total de grãos aumentou 74%, indo de 354 milhões de toneladas (em 1982) para 618 milhões de toneladas (em 2017), superando o crescimento de sua população em cerca de 34% (CUI, 2018 apud CARTER & ZHU, 2012). Tal modernização — focada principalmente nas áreas de sementes, biotecnologia e processamento—obteve produção recorde no setor de grãos em 2012, quando ganhou o título de “maior produtor de alimentos do mundo”, outorgado pela FAO (MONTE, et al., 2017, p. 110).

A modernização do campo não ocorreu sem criar impactos sociais. A inserção de novas tecnologias em associação com o processo de migração diminuiu a taxa de trabalhadores do campo, como podemos ver no gráfico 4.

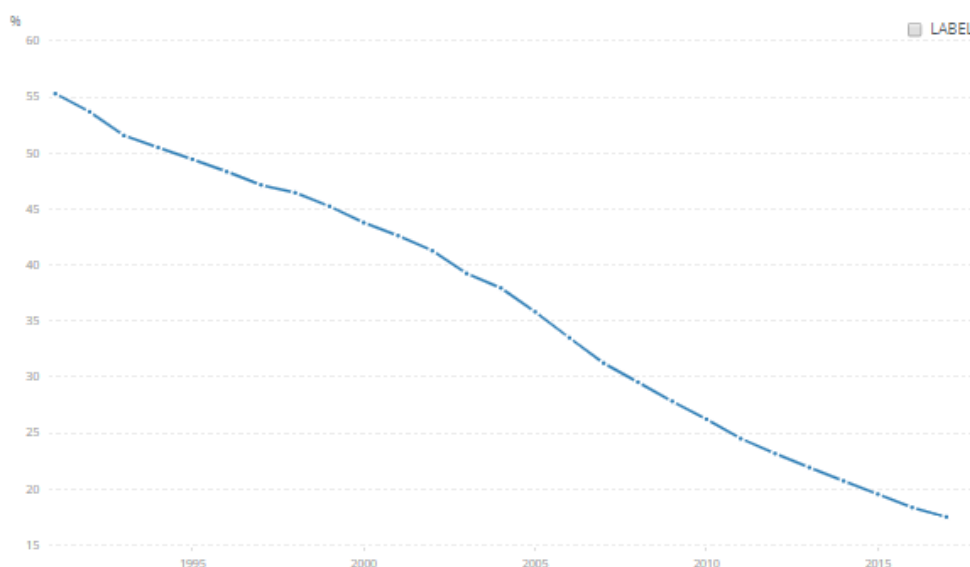


Gráfico 4: Emprego na agricultura entre 1991 e 2017 (em % do total de empregos). Fonte: World Bank, s/d apud ILOSTAT, 2018.

Apesar da modernização trazida por grandes empresas estatais e privadas, muitos trabalhadores rurais se mantiveram alheios ao processo, continuando a produzir através de técnicas tradicionais, de baixo custo e baixo impacto. Essas pessoas vivem e trabalham nas comunas individuais, pequenas fazendas originadas na reforma agrária dos anos 80. Trata-se de uma concessão que legitima o uso da terra, mas não sua venda, visto que permanecem como propriedade estatal. A manutenção dessa produção tradicional ainda depende de

muitos subsídios governamentais, pois se tratam de trabalhadores que vivem em situações miseráveis (como indicou o mapa 1, no início do capítulo) (QIN & CHONG, 2016).

Ao disponibilizar tais subsídios a intenção do governo é garantir que essa população permaneça trabalhando no campo, ou seja, mantêm-se a postura de tentar minimizar o êxodo e manter a produção nacional dos alimentos mais consumidos, já que isso lhe permite controlar os preços desses produtos estratégicos (BLOOMBERG, 2017a). Ademais, tais propriedades são mantidas porque se torna muito custoso para o governo recuperar grandes porções territoriais depois de tê-las disponibilizado para milhões de produtores por tanto tempo. Em outras palavras, o crescimento da instabilidade social é uma possibilidade que o governo prefere evitar. Prova disso foi a lei aprovada esse ano que proibiu a remoção forçada de populações rurais para construção de empresas ou instituições governamentais, conquista angariada depois de protestos populares (HSU, 2018).

Tal contexto fundiário caracteriza a zona rural chinesa como uma área dividida em cerca de 200 milhões de pequenas fazendas (MCMILLAN, 2018), um cenário muito diferente daqueles vistos em países que são grandes exportadores de commodities agrícolas, como mostra o gráfico 5.

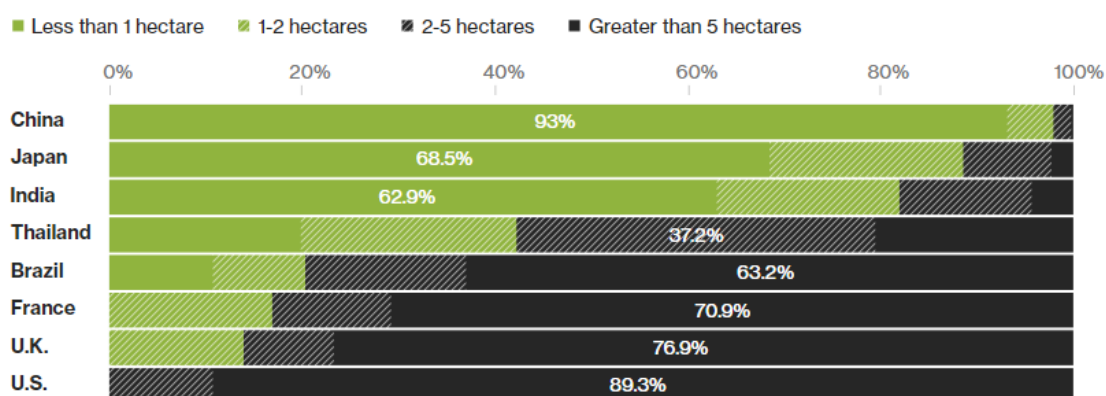


Gráfico 5: A porcentagem de fazenda de acordo com sua extensão. Fonte: Blommberg, 2017a apud FAO.

A dificuldade em reconfigurar essas pequenas fazendas em grandes latifúndios não significa que o governo não crie alternativas para tal. Em 2008, com um discurso que se baseava na intenção de reduzir a pobreza rural, foi aprovada pelo Partido Comunista uma lei que deu aos residentes do campo o direito de arrendar, sublocar, subcontratar e até realizar associações e transferência dos direitos à terra. Como era de se esperar, essas reformas no Estatuto da Terra “contribuíram para o deslocamento da produção de grãos para áreas com maior aptidão para a mecanização” (MONTE, 2017, p. 111). Outra medida do governo para possibilitar a modernização rural, é a construção, pelo governo, de vilas para as quais as famílias são transferidas – uma reforma agrária ao contrário, que permite o uso associado de maquinários e facilita o acesso da população rural a escolas e hospitais (MONTE, 2017, p. 113).

Essas são as principais medidas governamentais com relação à produção de alimentos: se por um lado subsidiam lavouras tradicionais, por outro, estimulam intensamente a inserção de suas estatais e de empresas privadas no mercado agrícola global, que engloba grandes extensões rurais e acaba promovendo o êxodo rural (já que estimula que os pequenos produtores arrendem a terra e sigam para a cidade). Assim, a produção de

alimentos na china se caracteriza por abarcar tanto grandes áreas que detém técnicas modernas, como pequenas comunas que utilizam técnicas arcaicas.

Além dos impactos sociais, que também impactam o meio ambiente, o aumento da produtividade no campo com a inserção de tecnologias não se deu sem produzir também externalidades ambientais. Cui (2018) cita dois problemas principais: o uso excessivo de fertilizantes químicos, que triplicou nas últimas três décadas (Gráfico 6), e o uso de água, utilizada de forma ineficiente. “A irrigação das culturas rurais responde por 60% da demanda total de água da China, com uma oferta ineficiente da ordem de 30% a 40%, em comparação com 70% a 80% para os países desenvolvidos” (CUI, 2018, s/d).

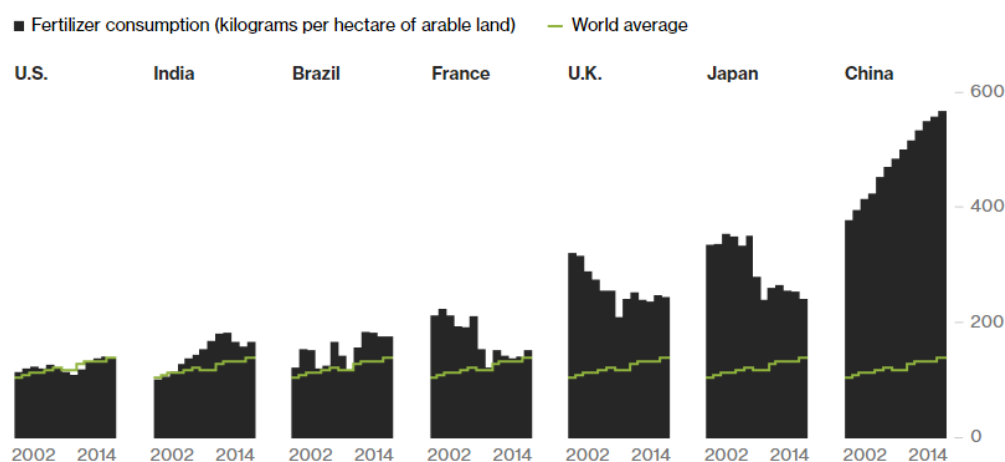


Gráfico 6: Consumo de fertilizantes em diversos países entre 2002 e 2014. Fonte: Bloomberg, 2017a apud World Bank s/d.

Quanto ao impacto da produção agrícola ao meio ambiente temos que considerar que, globalmente, sistemas alimentares são responsáveis por 19–29% das emissões antrópicas de gases de efeito estufa (SONG, 2015 apud VERMEULEN et al., 2012), 70% do consumo de água doce (SONG, 2015 apud FAO, 1996) e 38% da ocupação da superfície terrestre (SONG, 2015 apud FOLEY et al., 2011) ”.

No caso da China, é importante ter em perspectiva que a o país é hoje o segundo maior produtor agrícola do mundo, perdendo apenas para os EUA (MONTE, 2017). Song (2015) ressalta que, apesar do impacto relativo ao consumo agrícola bruto, a China não possuía índices altos por família, já que a dieta padrão chinesa era dominada por derivados vegetais. Contudo, com o aumento da renda da população, esse padrão vem se alterando e, atualmente, a dieta chinesa está se tornando cada vez mais parecida com a dieta ocidental, cujas características são: seu alto consumo de calorias e de proteínas (gráfico 7 e 8).

Assim, se o agronegócio chinês já causa impactos pela sua escala, com o aumento do consumo de proteína animal esses tendem a se tornarem ainda mais intensos, tanto pelo uso de recursos— visto que alimentos derivados de animais requerem mais água e terra e produzem mais GEE do que alimentos derivados de plantas (SONG, 2015) — quanto pelos resíduos produzidos: em 2010 um censo elaborado pelo governo considerou que a agricultura é o maior poluidor de água, maior até que a indústria (MCMILLAN, 2018).

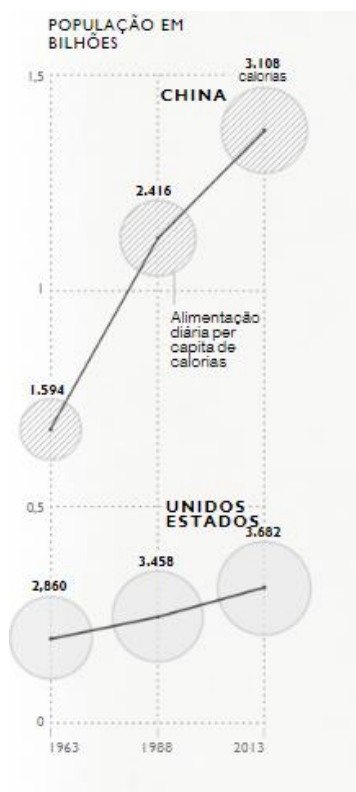


Gráfico 7: A evolução no consumo de calorias proteicas nos EUA e na China. Fonte: McMillan (2018, apud FAOSTAT, s/d).

Gráfico 8: Comparação entre evolução no consumo de calorias proteicas nos EUA e na China. Fonte: McMillan (2018, apud FAOSTAT, s/d).

Ademais, esse novo perfil de consumo estende sua pegada ecológica para outros países, pois vem aumentando a demanda de importação por soja, utilizada na ração animal. “As importações cresceram tão rapidamente que o governo silenciosamente retirou o grão de sua lista de autossuficiência em 2014” (BLOOMBERG, 2017a, s/p). No gráfico 9 podemos perceber a dimensão do consumo de soja proveniente de outros países, visto que a porcentagem de importação chinesa dentro do total da importação mundial do produto chegou à 70% em 2016.



Gráfico 9: Países importadores de soja. Fonte: OEC (2016).

A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E O CONSUMO CONSCIENTE NO NOVO CONTEXTO ECONÔMICO DA CHINA

A partir da revisão bibliográfica acerca dos novos hábitos alimentares e das novas formas de produção agrícola chinesa foi possível selecionar três principais problemas ambientais decorrentes: o aumento do consumo de proteína animal, a insegurança alimentar e a necessidade de diminuir os impactos locais da produção. Dessa forma, iremos analisar as políticas governamentais voltadas para tais temas, considerando suas relevâncias dentro do contexto nacional e global, expostos posteriormente.

Quanto ao aumento do consumo de proteínas, tomou destaque a campanha contra consumo de carne bovina, já que o governo chinês pretende cortar em 50% seu consumo até 2050. Para isso, promoveu, em 2016, uma campanha que contou com o lançamento de um guia de alimentação saudável promovido por celebridades (como Arnold Schwarzenegger e James Cameron) e especialistas que advogaram pelo consumo consciente (CENÇO & MAIA, 2016).

A produção de ruminantes é um dos principais problemas da degradação ambiental, contribuindo com 80% das emissões totais de gases de efeito estufa (GEE). Segundo Du (2018, s/p., tradução nossa), “metade da demanda global de carne de ruminantes e dois terços da demanda mundial de leite devem vir de países em desenvolvimento até 2050, especialmente China e Índia”. Nesse sentido, a campanha de consumo consciente promovida pelo governo surge como um movimento contrário à tendência de promoção do consumo de lácteos (produto que não fazia parte da cultura alimentar chinesa) pela indústria, como mostra matéria do site de investimentos Bloomberg: “Comuns nas dietas ocidentais, o creme de leite, o queijo e a manteiga são itens raramente utilizados nas cozinhas comerciais chinesas. Os exportadores de lácteos estão trabalhando para mudar isso” (BLOOMBERG, 2017b). Entre as ações da indústria citadas na matéria a principal é o treinamento de cozinheiros profissionais chineses, sendo citados aqueles promovidos pela Fonterra, maior exportadora de lácteos do mundo, e pela Royal FrieslandCampina, cooperativa de lácteos holandesa.

Já a segurança alimentar se tornou evidente depois de vários episódios de alimentos não confiáveis, incluindo aqueles já citados nessa pesquisa (como o arroz de Cádimo e as Aldeias do Câncer) e tantos outros citados por McMillan (2018): os níveis fatais de melamina em comida infantil, os escândalos dos feijões tratados com um pesticida proibido e carne de raposa vendida como carne de asno. Um estudo de 2016 da McKinsey & Company descobriu que quase três quartos dos clientes chineses se preocupam com a possibilidade da comida que consomem ser prejudicial à saúde. Scott Rozelle, especialista em áreas rurais da China na Universidade de Stanford, afirma que o principal problema é a grande quantidade de produtores familiares, o que torna difícil realizar a rastreabilidade do alimento, impossibilitando a avaliação de sua origem, que, segundo ele, garantiria sua qualidade. Logo, a solução estaria na ampliação das fazendas industriais agrícolas, mais facilmente rastreáveis (MCMILLAN, 2018).

A primeira consequência dessa solução seria que as ampliações das fazendas agroindustriais modificariam a estrutura fundiária, causando muitos transtornos sociais, como já discutimos nesse trabalho. Ademais, McMillan (2018) ressalta que uma centralização da

produção poderia espalhar alimentos contaminados de forma muito mais fácil e ampla do que em um sistema descentralizado.

Por outro lado, tal segurança alimentar garantida pela indústria cria um problema de saúde pública, já que empresas vêm se aproveitando do ceticismo do consumidor chinês em relação à segurança dos alimentos de seu próprio país lhes oferecendo produtos estrangeiros industrializados como garantia de qualidade (BLOOMBERG, 2017a). A pressão dessa indústria, concomitante ao aumento da população urbana— fator determinante em direção ao consumo de alimentos processados, segundo Santos et al (2012) —, culminou no fato do país passar a ter a maior população com excesso de peso do mundo: 10,8% dos homens e 14,9% das mulheres (em um país de 1,4 bilhão de pessoas), segundo um estudo publicado no Lancet Medical Journal (NG, 2017).

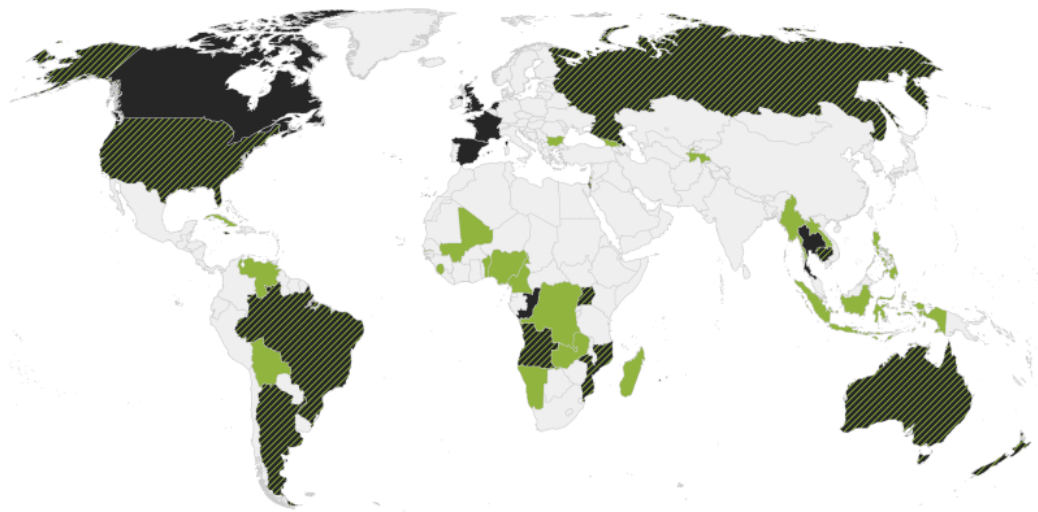
Quando o governo chinês se refere aos impactos da produção agrícola em larga escala a grande solução seria, então, importar alguns alimentos, com destaque para aqueles relacionados à alimentação animal. Em 2009 o país passou a importar inclusive alimentos cuja produção interna é relativamente alta, como o milho—a China é a segunda maior produtora de milho do mundo, atrás apenas dos EUA (MONTE et al 2017). Vale ressaltar que, em 2014, só o Brasil exportou 22 bilhões de dólares em produtos do agronegócio para a China, ultrapassando a quantidade exportada para a União Europeia (até então líder em importações dos produtos agrícolas brasileiros). Em sintonia com o aumento do consumo de proteína animal, só a soja correspondeu a 15 bilhões de dólares, enquanto, mais recentemente, as exportações de carne bovina também se elevaram (MONTE et al 2017).

No sentido de aumentar a produção sem prescindir de recursos de seu próprio território, a China também vem investindo na aquisição de terras para produzir e na expansão de suas empresas agrícolas ao redor do mundo. “A estratégia “Dois Países, Dois Recursos” assegura apoio financeiro e político a empresas chinesas que atuam na produção de alimentos em outras regiões do mundo” (MONTE et al, 2017, p.116).

Diante da dificuldade em adquirir terras em alguns países—tal como no Brasil, cuja venda de grandes extensões é vista, por alguns, como uma afronta a soberania nacional, apesar de estar em tramitação o substitutivo da PL 4.059/2012, que libera a aquisição de grandes glebas por estrangeiros (CONGRESSO EM FOCO, 2018) —, empresas chinesas que atuam no agronegócio passaram a investir em parcerias com empresas: “a Moon Lake Investments, de Lu Xianfeng, comprou a maior operação de lácteos da Austrália (...), enquanto a WH Group, de Wan Long, se tornou a maior produtora de carne suína do mundo com a compra da Smithfield Foods Inc., sediada na Virgínia” (BLOOMBERG, 2017a, tradução nossa). No gráfico 10 podemos ver a expansão da produção agrícola chinesa ao redor do mundo tanto pelos investimentos quanto pela aquisição de terras.

China's Global Food Print

■ Food investments ■ Land acquisition ■ Food investments and land acquisition



Mapa 3: Investimento chinês em terras (desde 2006) e empreendimentos agrícolas (desde 2005). Fonte: The Heritage Foundation apud Bloomberg (2017a).

Tendo em vista tais medidas de redução de impactos ambientais, nos resta lembrar que, ao mesmo tempo em que a China investe em produção e consumo sustentáveis de alimentos, o país vem, por outro lado, incentivando o consumo de manufaturados afim de impulsionar sua indústria com seu próprio mercado, reduzindo a dependência da economia das exportações. Nesse cenário, há preocupação com a melhoria das condições de vida da população rural, contudo, essas melhorias tem um caráter que intensificam a pressão sobre o território. Dois exemplos dessas medidas são as Vilas Taobao e a intensificação de entregas de produtos em áreas que, antes, eram inacessíveis.

A Vilas Taobao são lugarejos no interior do país, nos quais uma parte considerável da população sobrevive produzindo e vendendo produtos na plataforma Taobao, empresa voltada para pequenos negócios, criada em 2003, que pertence ao gigante do varejo chinês Alibaba. Essa forma de comércio vem sendo considerada pelo Banco Mundial como uma estratégia para o desenvolvimento e erradicação da pobreza (FABIO, 2017). Já as entregas por nas zonas rurais melhoram o acesso dessa população ao mundo do varejo, transpondo a necessidade de comprar apenas do comércio local, que não apresenta tanta variedade (HSU, 2017). A pergunta que devemos fazer é se o governo implantará estrutura de coleta de lixo na mesma medida, já que com o aumento do consumo se aumenta também a quantidade de lixo produzido e, conseqüentemente, os impactos ambientais.

Por fim, temos que considerar que as políticas públicas chinesas voltadas para a sustentabilidade estão inseridas em um contexto global de investimentos, ou seja, elas não se reduzem à uma mera preocupação ambiental ou social, mas abarcam também interesses econômicos, uma vez que introduzem a economia chinesa nos novos nichos criados pelo capitalismo mundial. Como ilustração desse novo nicho podemos citar o *Climate Change Mitigation Opportunities Index 2017*, da empresa de investimentos Morgan Stanley, que traz uma série de setores que prometem altos lucros futuros, como o setor da tecnologia agrícola

limpa: “O investimento em tecnologia na agricultura atingiu a taxa recorde de 4.6 bilhões de dólares em 2015” (MORGAN STANLEY, 2017, p. 27, tradução nossa).

Já como exemplo da inserção da China nesse contexto citamos o relatório da China Council for International Cooperation on Environment and Development (CCICED), uma organização de pesquisa formada por especialistas internacionais e presidida pelo vice-premier executivo da China, que serve como um órgão consultivo e fornece recomendações de políticas ao governo da China sobre o meio ambiente e desenvolvimento. No relatório de 2016 uma das recomendações foi “integrar a China em cadeias de valores verdes globais”, alegando que “é crucial para salvaguardar a segurança econômica da China (...) reforçar a competitividade internacional e promover a sustentabilidade no desenvolvimento global” (CCICED, 2016, p. 10, tradução nossa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os novos hábitos de consumo da população chinesa, a qual aumentou suas taxas de renda nas últimas décadas, trará impactos ambientais tanto dentro como fora de seu território. Do ponto de vista interno, a população rural passa a ser a mais afetada, principalmente pela questão da expansão das grandes empresas agrícolas, que desejam englobar as fazendas menores e que, se o fizerem, poderão ampliar a desigualdade social dessa classe.

Do ponto de vista externo, o Brasil é um dos países que mais sofrerá seus impactos devido: ao fato do país ser grande exportador de produtos voltados à ração animal, como a soja; ao fato de, mais recentemente, ter começado a exportar proteína animal; e, principalmente, pelo fato de ser um foco de investidores chineses que desejam adquirir terra. Assim, esse trabalho sinaliza a importância de se aprofundar esse tema.

Vale ressaltar o caráter seletivo das medidas e políticas de produção sustentável e consumo consciente: se por um lado essas tentam minimizar os impactos sobre o meio ambiente, por outro, se inserem em um contexto econômico de ampliação do consumo de manufaturados. Ademais, a China investe em políticas que podem não apenas poupar seus recursos naturais, mas, também, propiciar retornos financeiros dentro do novo setor global de investimentos em sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Global Consumption Database of China. *World Bank*, 2010. Disponível em:< <http://datatopics.worldbank.org/consumption/country/China>>. Acesso em 25 nov 2018.

BLOOMBERG. Farming the World: China's Epic Race to Avoid a Food Crisis. *Bloomberg News*. 22 mai. 2017a. Disponível em:< <https://www.bloomberg.com/graphics/2017-feeding-china/>>. Acesso em 25 nov. 2018.

_____. Mercado chinês de restaurantes atrai laticínios estrangeiros. *Bloomberg News*. 6 mar. 2017b. Disponível em:< <https://www.bloomberg.com.br/blog/mercado-chines-de-restaurantes-atrai-laticinios-estrangeiros/>>. Acesso em 25 nov. 2018.

CCICED. Ecological Civilization: China and the World. *China Environment Press*. Beijing, 2016. Disponível em:< <http://www.cciced.net/cciceden/PublicationsDownload/201712/P020171206497964119967.pdf>>. Acesso em 26 nov. 2018.

CENÇO; MAIA. China quer reduzir 50% do consumo de carne até 2030. *WWF Brasil*. 20 jun. 2016. Disponível em:< https://www.wwf.org.br/informacoes/noticias_meio_ambiente_e_natureza/?53002>. Acesso em 25 nov. 2018.

CONGRESSO EM FOCO. Receio da China faz Maia segurar liberação da venda de terras para estrangeiros. *Congresso em Foco*. Brasília, 31 jan. 2018. Disponível em:< <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/receio-da-china-faz-maia-segurar-projeto-da-venda-de-terras-para-estrangeiros/>>. Acessado em 25 nov. 2018.

CUI, Kai; SHOEMAKER, Sharon. A look at food security in China. *NPJ Science of Food In Springer Nature*. Londres. 20 fev. 2018. Disponível em:<<https://www.nature.com/articles/s41538-018-0012-x>>. Acessado em 25 nov. 2018.

DU, Yuanyuan. A global strategy to mitigate the environmental impact of China's ruminant consumption boom. *Nature*. 8 oct. 2018. Disponível em:< <https://www.nature.com/articles/s41467-018-06381-0>>. Acesso 26 nov. 2018.

EFE. China se torna de maioria urbana, após 4 milênios de predomínio rural. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 27 dez. 2011. Disponível em:< <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/1026696-china-se-torna-de-maioria-urbana-apos-4-milenios-de-predominio-rural.shtml>>. Acesso em 23 nov. 2018.

FABIO, André. Como o e-commerce está mudando cidades no interior da China. *Nexo Jornal*. São Paulo, 4 jul. 2017. Disponível em:<

<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/07/04/Como-o-e-commerce-est%C3%A1-mudando-cidades-no-interior-da-China>>. Acesso em 23 nov. 2018.

HSU, Sara. China's Urbanization Plans Need To Move Faster In 2017. *Forbes*. Jersey City, 28 dez. 2016.

_____. In China, Drone Delivery Promises To Boost Consumption ... Especially In Rural Areas. *Forbes*. Jersey City, 23 april 2017.

_____. Tax Cuts, Defense Spending Hikes & Land Rights: The Standout Policy Shifts At China's National People's Congress. *Forbes*. Jersey City, 06 mar. 2018.

KONG, Ada. No quick fix for China's polluted soil. *South China Morning Post*. Hong Kong, 4 mai 2015. Disponível em:< <https://www.scmp.com/comment/insight-opinion/article/1783358/no-quick-fix-chinas-polluted-soil>>. Acesso em 25 nov. 2018.

MCMILLAN, Tracie. How China Plans to Feed 1.4 Billion Growing Appetites. *National Geographic*. Fev. 2018. Disponível em:<|/>. Acesso em 25 nov. 2018.

MONTE, Damaris et al. China Nova potência também no agronegócio. *Revista de política Agrícola*. Brasília, Ano XXVI – No 3 – Jul./Ago./Set. 2017. Disponível em:< <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/169826/1/China-nova-potencia-tambem-no-agronegocio.pdf>>. Acesso em 25 nov. 2018.

MORGAN STANLEY. Climate Change Mitigation Opportunities Index 2017. *Morgan Stanley Institute for Sustainable Investing*. 2017. Disponível em:< <https://www.morganstanley.com/what-we-do/institute-for-sustainable-investing>>. Acesso 26 nov. 2018.

NG, Brady. Obesity: the big, fat problem with Chinese cities. *The Guardian*, Londres, 9 jan. 2017. Disponível em:< <https://www.theguardian.com/sustainable-business/2017/jan/09/obesity-fat-problem-chinese-cities>>. Acesso 26 nov. 2018.

NINIO, Marcelo. Migração rural amplia 'apartheid' chinês. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 2 nov 2013a. Disponível em:< <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2013/09/1335469-migracao-rural-amplia-apartheid-chines.shtml>>. Acesso em 25 nov. 2018.

_____. Reforma agrária é dada como certa em pacote chinês. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 10 nov 2013b. Disponível em:< <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/11/1369487-reforma-agraria-e-dada-como-certa-em-pacote-chines.shtml>>. Acesso em 25 nov. 2018.

OCE. China Imports. *The Observatory of Economic Complexity*. Disponível em:< <https://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/chn/>. Acesso em 25 nov. 2018.

PAN, Philip. The Land That Failed To Fail. *New York Times*. New York, 18 nov 2018.

QIN, Cong; CHONG, Terence Tai Leung. Can Poverty be Alleviated in China?. *The Review of Income and Wealth*. Ottawa, 17 nov. 2016. Disponível em:< <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/roiw.12273>>. Acesso em 23 nov. 2018.

SANTOS, Daniela. et al. A evolução do consumo de alimentos na China e seus efeitos sobre as exportações agrícolas brasileiras. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro: mai/ago 2018. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482012000200008>. Acesso em 23 nov. 2018.

SONG, Guobao et al. Food consumption and waste and the embedded carbon, water and ecological footprints of households in China. *Science of the Total Environment*. 2015.

TAN, Monica. Documenting China's 'cancer villages': from Jiangsu to Yunnan. *Greenpeace East Asian*. 27 fev. 2013. Disponível em:< <http://www.greenpeace.org/eastasia/news/blog/documenting-chinas-cancer-villages-from-jiang/blog/44057/>>. Acesso em 23 nov. 2018.

THE UNIVERSITY OF TEXAS AUSTIN. China - Agricultural Regions. *University of Texas Libraries*. Austin, 1986. Disponível em:< http://legacy.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/china_agricultural_86.jpg>. Acesso em 23 nov. 2018.

WANG, Lijun. The changes of China's environmental policies in the latest 30 years. *Procedia Environmental Sciences*. Thessalonik, Volume 2, 2010, Pages 1206-1212. Disponível em:< <file:///C:/Users/Usuario/Desktop/china%20article/1-s2.0-S1878029610001647-main.pdf>>. Acesso em 24 nov. 2018.

WORLD BANK. China. Global Consumption Database. *World Bank*, 2010. Disponível em:< <http://datatopics.worldbank.org/consumption/country/China>>. Acesso em 23 nov. 2018.